

Superávit primário tem recuo de 76% em maio

MARINA DE BRASIL

O aumento dos repasses a estados e municípios e o menor volume de receitas fez o resultado do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) recuar 76% em maio na comparação com abril. No mês passado, o superávit primário (receita menos despesas, excluídos os pagamentos de juros) foi de R\$ 3.092 bilhões, contra R\$ 12.918 bilhões no mês anterior.

Segundo o Tesouro, a queda na arrecadação entre abril e maio, de R\$ 34.037 bilhões para R\$ 28.612 bilhões, ocorreu por efeitos sazonais. Além disso, houve um aumento nos repasses de recursos a estados e municípios. Em maio, eles somaram R\$ 7.996 bilhões, um crescimento de 22%.

No acumulado do ano, o superávit do governo central está em R\$ 33.696 bilhões, o equivalente a 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB), um crescimento de 18,4% sobre o mesmo período do ano passado.

Até agosto, o esforço fiscal do governo central deverá chegar a R\$ 39,7 bilhões (3,07% do PIB), de acordo com as metas quadrimestrais divulgadas pelo Tesouro Na-

cional em no final de abril.

Para o ano todo, a meta de superávit do setor público consolidado – governo central, estados, municípios e estatais – é de 4,25% do PIB (R\$ 83,849 bilhões). Ou seja, esse é o valor que o governo tem que economizar para pagar juros da dívida pública do País. O governo central é responsável por 2,38 pontos percentuais desse resultado.

O QUE É – Superávit primário do governo central é quanto o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central conseguem economizar, sem considerar os gastos com os juros da dívida. O governo central é o que mais contribui para o resultado do setor público consolidado, que inclui também a economia feita pelos estados, municípios e estatais.

Para aumentar o superávit primário, o governo foi obrigado nos últimos anos a aumentar a arrecadação de impostos e a promover mais cortes nos gastos previstos no Orçamento. Ambas as medidas foram impopulares e contribuíram para limitar o crescimento da economia brasileira.